

O pai entre conduta e função: uma leitura psicanalítica*

*Maria Helena Martinho*¹
Universidade Veiga de Almeida

*Sonia Alberti*²
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

O pai da função paterna (conceitualizada por Jacques Lacan), não é o mesmo ao qual educadores fazem apelo quando se queixam das condutas dos pais, de suas ausências ou atuações. No entanto, o fato de haver queixas quanto aos pais não deixa de apontar para uma

Abstract

The father in the father function (conceptualized by Jacques Lacan) is not the one referred to by educators when they complain about the fathers' conduct, their absences or their acts. Nevertheless, the fact that there are complaints about fathers is an indirect way of pointing

* Father's behavior and the function of the father: a psychoanalytical approach

¹ Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Psicanálise no IP/UERJ; psicanalista, membro de Formações Clínicas do Campo Lacaniano – Rio de Janeiro; membro da Escola de Psicanálise do Campo Lacaniano e membro da coordenação de seu Fórum – Rio; coordenadora do Serviço de Psicologia Aplicada da Universidade Veiga de Almeida – RJ; professora e supervisora de estágio da Universidade Veiga de Almeida – RJ; professora do Curso de Pós-graduação da UVA, membro da equipe de publicação da Stylus – Revista de Psicanálise. Endereço para correspondências: Rua Gildásio Amado, 55, Sala 206, 22631-020, Barra da Tijuca, RJ (E-mail: mhmartinho@boi.com.br).

² Professora Adjunta do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IP/UERJ); Doutora em Psicologia pela Universidade de Paris X – Nanterre (1989); Pós-doutora pelo Instituto de Psiquiatria da UFRJ (2004); Coordenadora do Cofegiado de Formações Clínicas do Campo Lacaniano – RJ, e membro da Escola de Psicanálise do Campo Lacaniano. Endereço para correspondências: Rua João Afonso, 60, casa 22, 22261-040, Humaitá, RJ (E-mail: saiberti@alternex.com.br).

intuição da importância do pai na educação da criança. Este texto visa a verificar essa intuição, levantar algumas balizas históricas que a determinam, articulá-la com a época atual e, finalmente, examiná-la à luz da função paterna determinada como conceito, consequência do complexo de Édipo em Freud. Por essa razão, esperamos contribuir na intersecção de duas áreas de atuação: a clínica e a escola, o que se justifica também pela nossa própria experiência com as questões lançadas.

Palavras-chave: Função paterna, conduta do pai, complexo de Édipo, o pai e o sintoma, família paternalista.

out the importance of a father during a child's education. This paper aims to examine this intuition and to disclose some historical references determining it, in addition to connecting it to the present, and finally to use the father function - derived in Freud from the Oedipus complex - to shed some light on that intuition. This is why we hope to contribute to the convergence of two distinct areas of activity, namely the clinic and the school. Our discussion is also supported by our own experience in those areas.

Keywords: Father function, fathers' conduct, Oedipus complex, fathers and symptoms, paternalistic family.

Introdução

Freud ensinou que os sintomas neuróticos são consequência do complexo de Édipo. Lacan outorgou ao complexo de Édipo um valor estrutural, falar de complexo é falar de estrutura. Em seu primeiro texto, *Os complexos familiares*, de 1938, encontramos os fundamentos disso: “a família não é dominada por comportamentos biológicos, mas estruturada por complexos simbólicos” (LACAN, 1987, p.19).

Já nesse texto de 1938, Lacan mostra o essencial do pai para estruturar a relação entre a mãe e a criança, ao mesmo tempo em que ele o distingue radicalmente de seu lugar na família paternalista, que estaria vivendo seu ocaso em função da supervalorização de determinado papel social do pai que cria e modifica a imagem paterna e “se produz pelo crescimento relativo, muito chamativo na vida americana por exemplo, das exigências matrimoniais” (idem, p.60). A identificação de o que é essencial do pai com o papel do pai no contexto social dificulta a distinção entre o que se espera de um pai e o que é o pai como função.

Um caso

Carlos³ assaltava casas da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, e foi preso aos 16 anos de idade. Durante as entrevistas com sua psicanalista, ele espantou-se ao relatar sua conduta no último assalto: liderava o grupo e, como o dono da casa começou a passar mal, mandou que um membro de seu grupo não só buscasse o remédio cardíaco da vítima como ainda exigiu que lhe trouxesse água, e filtrada! Esse comportamento deixou os membros do grupo estarecidos, como também o próprio sujeito, pois, em tempos tão bem descritos por Rubens Fonseca, estamos mais para comportamentos do tipo Delamare do que do tipo Spalanzani⁴. Carlos, na realidade, assaltava as casas da Zona Sul à procura de seu pai que, conforme história sempre contada e recontada pela mãe, havia sido um rapaz da Zona Sul pelo qual ela se apaixonara. Tiveram um caso amoroso que ela quis selar com um casamento, razão de não só ter engravidado como ainda mantido o bebê. Ela queria levar o rapaz ao altar, mas não conseguiu, e ele, Carlos, era o resto daquele encontro que, por mais que houvesse fracassado, fora muito bom enquanto durara. Carlos, assim, buscava seu pai nos homens mais velhos em suas casas na Zona Sul, e se surpreendeu ao dar-se conta de um gesto amoroso em troca de algum amor: uma demanda ao pai que buscava. Entretanto, Carlos só pôde procurar o pai, porque, em algum lugar, há seu registro, o pai de Carlos existe e se inscreveu como Nome-do-Pai no simbólico, o que faz de Carlos um adolescente semelhante à maioria dos adolescentes, quer dizer, um adolescente à procura de um dos nomes do pai.

Com efeito, em 1974, ao escrever seu prefácio à edição francesa de *O despertar da primavera* do dramaturgo Frank Wedekind, Lacan observava que o adolescente pode encontrar um dos nomes do pai em personagens que já não são seu pai mas, por algum motivo cultural, podem orientar o seu desejo. Tal é o caso da figura mítica da Dama Branca, do Homem Mascarado que o adolescente do texto de Wedekind encontra no cemitério e do chefe de família da Zona Sul que Carlos buscava durante seus assaltos.

³ Caso apresentado por Nadia A. de S. Martins, na Jornada do Núcleo de Estudos e Pesquisas do Alcoolismo e Drogas (NEPAD/UERJ), em 2000.

⁴ Referência ao filme de Flávio R. Tambellini (2001), baseado em romance de Rubens Fonseca.

Há sempre um hiato grande entre o pai e o seu ideal, por melhor que seja o pai, assim como há sempre algo que não responde à demanda do sujeito, demanda que, conforme Lacan teoriza, é sempre demanda de amor. É porque há esse hiato que o sujeito pode desejar. Só desejamos o que nos falta, já dizia Sócrates a Agatão, no *Banquete*, de Platão (cf. o diálogo entre Sócrates e Agatão, no início da segunda parte: 199-200, p.731). A não resposta à demanda de amor dá margem ao surgimento do desejo. Esse é fruto da função paterna, que se teoriza como consequência da inscrição do Nome-do-Pai no sujeito, inscrevendo a Lei do Desejo a metaforizar o próprio desejo da mãe, e distingue-se do que comumente conhecemos sob o signo da “conduta do pai” ou, ainda, do “papel do pai”, mesmo se esse último aponta para o saber do senso comum da importância do pai para uma criança.

A psicanálise, por definição – pois se volta para a singularidade de cada sujeito –, denuncia todas as tentativas de pensarmos parâmetros de conduta enunciados *a priori* e universalmente. Alerta ela para o fato de que essas tentativas são normalizadoras, quando não adaptativas – com o que abafam, justamente, o desejo que singulariza.

Por outro lado, é interessante notar que, na intersecção com o campo da Educação, mais bem se especificam as diferenças entre o papel do pai e a função paterna. Antes de mais nada, isso pode acontecer somente porque os estudiosos da Educação se preocupam em verificar o papel do pai, até mesmo historicamente. É nessa contribuição que nos inspiramos para introduzir nossa questão. Fa-lo-emos com o auxílio da construção do conceito de paternidade, conforme a história de nossa cultura no contexto da Educação, a partir de um resumo baseado na pesquisa de Maria da Glória de Rosa (2000) que pode se mostrar bastante útil.

Antes do papel social do pai, o pai soberano: um rápido resumo

Não pretendemos aprofundar noções e conceitos sobre a posição histórica e social ocupada pelo pai na civilização. Utilizaremos apenas algumas pontuações extraídas desse campo do saber que, sem sombra de dúvida, forneceu valiosa contribuição para a construção da tese psicanalítica sobre a função paterna. É com o único intuito de assinalar o contexto de tais contribuições que retomamos dele algumas indicações preciosas para o desenvolvimento que se segue.

Inicialmente, o imperador romano (*pater patriae*), os senadores (*patriis*) e os nobres (*patrii*) encarnavam a paternidade instauradora do laço social. Ela era fundadora, essencialmente não pelo sangue, mas pela palavra “paternal” (*sermo patrius*), que fazia do pai o mestre a se dirigir a seus filhos – os súditos –, sustentado na verdade do sofrimento desses mesmos filhos à procura de leis que lhes garantissem a existência. Eis por que instaurava o laço social: o pai era o próprio sustento da lei.

Dessa primeira acepção de pai como soberano, deduz-se a paternidade familiar. Por ser o soberano político e religioso, o pai era o chefe. Ao desposar uma mulher e fazê-la mãe, o soberano fazia-se pai de tal criança, autorizava-se pai, reconhecendo-a como filho. Na *Odisséia*, Penélope e Telêmaco aguardam fielmente Ulisses, com saudade e respeito. É por assim aguardarem Ulisses que, tanto a esposa quanto o filho, fazem valer a lei do pai, apesar de todas as dificuldades. Assim também Sócrates diz: “És tão sábio que não percebes que mais do que a mãe, o pai e todos ascendentes é respeitável, a Pátria é mais venerável, mais santa, mais estimada dos deuses e dos homens sensatos?” (apud DE ROSA, 2000, p.41).

Podemos observar pela narrativa que esses pais-soberanos retratavam heróis que viveram no início da História, espécies de semideuses a articular virtudes fundamentais, como: valentia, prudência, lealdade, hospitalidade, e que, com Homero, sofreram tendência a ser transformados em seres como nós. Entretanto, isso sempre se levando em conta que a versão maior do pai é a de pátria e que o pai maior é o *pater patriae*, o imperador, pois o pai, como soberano, é sustentáculo do discurso ético e encarna o ideal que o discípulo deverá seguir na sua trajetória de vida, porque assim também poderá ocupar esse lugar um dia.

A pólis caracterizava-se por entrelaçamento nas esferas da ética e da política, e a universalidade situava-se no nível da idealidade da Ordem e do Bem, da qual se deduzia o modelo de uma pólis ideal. Já, em Aristóteles, há articulação entre ética e política, em um mesmo saber prático. A pólis não é ideal, mas é o finalismo do Bem que unifica ética e política, segundo a razão de o que é melhor e justo para o indivíduo: “[...] formação de caráter, dinâmica dos hábitos – ainda mais, ação em vista dos hábitos, do adestramento, da educação” (LACAN, 1959-60, p.20). Isso também passa a influenciar a própria ética do legislador. No livro V, dedicado à educação dos jovens, Aristóteles afirma que:

[...] o legislador deve ocupar-se antes de tudo com a educação dos jovens, ninguém o contestará, pois, nos Estados onde ela é negligenciada, as constituições sofrem prejuízo. Como o objetivo do Estado todo é um só, está claro que a educação deve ser uma só, a mesma para todos, e o cuidado dela é comum, não particular, como nos dias atuais em que cada um cuida dos seus filhos, dando-lhes em particular a instrução específica que lhe pareça boa (apud DE ROSA, 2000, p.50, grifo nosso).

A lógica do *pater patriae* sustenta a educação do cidadão, pois articula as virtudes ao mestre mais poderoso, mais virtuoso e que melhor pode sustentá-las. Aos poucos, com o decorrer dos séculos, essa função soberana – da Pólis – e do legislador passou a figurar nos textos como preocupação agora do pai.

Algo se modifica no legado da função paterna, quando se lê a obra de Cícero, pensador romano (106-43 a.C.), que se dirige a seu filho Marcus, em *De officiis* (Dos Deveres). Cícero traça um programa de estudos para seu filho e um ideal de vida que ele gostaria de vê-lo realizar:

Há um ano, querido filho Marcus, você vem recebendo lições em Atenas [...] não considero tudo isso suficiente à sua educação. Por isso, aconselho-o a fazer o mesmo que fiz para minha utilidade pessoal [...]. Por esta razão, meu filho, exorto-o a ler com a máxima atenção, não somente meus discursos forenses, mas meus trabalhos filosóficos (apud DE ROSA, 2000, p.63).

Ainda:

Tomando a decisão de, no momento, escrever um ensaio, ao qual seguirão depois outros trabalhos dirigidos à sua instrução, acreditei conveniente começar por um tema, à meu ver, mais adequado à sua idade e à minha qualidade de pai [...], os deveres. Seja um simples cidadão particular, homem político orador... e seguem os preceitos paternos (DE ROSA, 2000, p.68).

Podemos observar que, do lugar de mestre, Cícero pode dizer o Bem, porque ele sabe, como mestre, o que é. A ética do pai é mestria para o filho discípulo.

O fundamento do discurso que nos foi deixado como legado da Antigüidade greco-romana baseia-se no seguinte postulado: o Bem torna o sujeito feliz e o Mal, infeliz. Toda discussão enfoca a natureza de o que é felicidade e infelicidade. No discurso político, o chefe político é aquele que não apenas designa o Bem a cumprir, mas aquele que, devido à arte da retórica, sabe persuadir os cidadãos dos meios para realizar esse Bem, em nome da felicidade cívica deles.

O pai pedagogo

Todavia, é definitivamente com o advento do cristianismo, que o lugar do pai – já não mais o soberano, mas Deus – se articula com o papel social da Educação. No texto *O Pedagogo* – de Clemente de Alexandria (160-220), um dos primeiros padres da igreja – surge, no que pode ser considerado o primeiro tratado de educação cristã, um pedagogo com disposições análogas às de um pai, título, aliás, de um dos capítulos do livro. Clemente mostra em sua obra que se devem seguir os ensinamentos de Deus. Serve-se, abundantemente, de excertos da Sagrada Escritura, a fim de comprovar a tese de que Deus é o pedagogo do homem, o que, de forma alguma, exime-O do lugar de Pai. Senão, vejamos:

Mostramos já que somos todos chamados filhos pela Escritura e que, além do mais, assim que nos propomos a seguir Cristo, recebemos o nome alegórico de “filhinhos” e que só o Pai está no filho [...]. O Pedagogo é, pois, naturalmente, o Logos porque nos conduz, a nós, seus filhos, para a salvação (apud DE ROSA, 2000, p.89).

O livro de De Rosa leva à idéia de que é com o cristianismo então que, na cultura ocidental, todo homem pode ser pai e assumir esse papel social de educador. Nos séculos XIV, XV e XVI, a renascença acrescentou-se a essa mudança, propondo uma concepção de homem e mundo baseada na personalidade livre. Essa nova maneira de encarar a vida provocou um tipo de educação chamada humanista, em oposição à formação teológica a que ninguém teria acesso fora dos seminários.

Tal como Clemente de Alexandria, três séculos antes, François Rabelais (1494-1553) fez Gargântua – sua personagem literária – escrever uma carta ao filho, estudante em Paris, criticando os erros da educação de seu tempo. A carta é, em realidade, o plano de estudos para o filho, Pantagruel. É um hino humanista ao saber, que preconiza a universalidade dos conhecimentos: “E quando perceber que conhece todo o saber ensinado, retorne para mim a fim de que o veja e lhe dê minha benção antes de morrer” (apud DE ROSA, 2000, p.125).

Até aqui, a referência histórica sempre atribuiu ao pai a Educação e a preocupação com a formação dos filhos. Somente no século XVII, com François Fénelon (1651-1715), tudo isso mudaria radicalmente. Em seu *Traité de l'éducation des filles* (1687), Fénelon observa que o mal que os homens causam tem sua origem na má educação que recebem das mães e na paixão inspirada pelas amantes. Para o autor, a má educação das mulheres causa maior mal que a dos homens. Daí a maior importância na educação das jovens.

Eis aí, pois, a ocupação da mulher de tanta importância para a sociedade como a do homem, posto que tem a seu cargo o governo e a direção da casa, a felicidade e o bem-estar do marido e a boa educação dos filhos. [...] E sem falar do bem e do mal que podem causar ao público, são a metade do gênero humano, redimidas com o sangue de Jesus Cristo e destinadas à vida eterna (apud DE ROSA, 2000, p.186).

Com o século XVII, portanto, surgiu o papel social da mãe como educadora, baseado, é preciso dizer, numa idéia bastante revolucionária para a época, de que a Virtude (sic), afinal de contas, é própria tanto a homens quanto a mulheres.

Um século depois, surgiu a obra do escritor que mais influenciou a pedagogia contemporânea: Jean Jacques Rousseau, como um duro golpe para o poder do pai, o que se justifica até mesmo pela própria estrutura clínica de seu autor (SOLER, 2001). Em seu *Discours sur l'origine de l'inégalité*, Rousseau observa que não é a sociedade que deriva do poder do pai, mas o que ocorre, em verdade, é o contrário: é da sociedade que o poder paterno retira sua principal força.

No século XX, subsequente ao período pós-guerra de 1945, a grande preocupação passou a centrar-se na intenção de restaurar uma “autoridade paterna!”. Essa intenção retratava a tentativa de “salvar o pai”, depois de sua carência e da humilhação ocorrida em função das revoluções francesa e industrial – não deixemos de observar, com Lacan (1960-61), que o título de Claudel, *O pai humilhado*, mais bem expressa as transformações pelas quais passou o pai, então. Esses argumentos baseavam-se na preocupação de muitos com o “declínio da imagem social do pai”, em razão de as imagens de pais fracos ou ausentes constituírem então a fenomenologia do pai. A expressão “carência paterna” aparece no conjunto de produções dos que se propõem a estudar os efeitos psicológicos e sociais da ausência do pai ou os efeitos da ausência de algumas de suas características – a de comando, por exemplo – em relação a uma realidade familiar.

No contexto de início de milênio que vivemos, os pedagogos, frente a tal carência, temem pelo futuro das famílias, enquanto os psicólogos receiam que, por falta do papel do pai, haja perda das identificações sexuadas das crianças – é o que se verifica no interior da escola. A diminuição da autoridade dos pais no seio das famílias é considerada causa direta do enfraquecimento da imagem paterna da criança, fenômeno que, segundo tais especialistas, acarretaria perturbações psíquicas nas crianças.

Diante de tais fatos, o psicanalista que trabalha na escola tem urgência em distinguir o papel social do pai, que estava em declínio, e a função lógica do pai, a função paterna. Essa última funda-se em relação à fala e à linguagem, como constitutivos da subjetividade. Lacan alerta para o fato de que não nos deveríamos ater ao registro biográfico do pai, ou seja, sua ausência ou presença, seu caráter benéfico ou maléfico que distingue o papel do pai. A “carência paterna” é de outra ordem para o psicanalista.

No entanto, nem sempre foi assim. No início da relação entre psicanálise e educação, a idéia predominante era de que algum “excesso de presença paterna” engendrava todos os dramas: a imagem do “pai aterrorizante era considerada um elemento lesivo” (LACAN, 1957-58, p.172), ou, então, outros psicanalistas, nos estudos sobre a neurose, consideravam ainda mais grave que o pai fosse extremamente gentil do que aterrorizante. Embora muitas décadas tenham-se passado,

ainda hoje a preocupação com a imagem do pai permanece determinante na compreensão leiga de o que seria a função paterna. No entanto, essa última constitui-se a partir do complexo de Édipo freudiano, muito mais vinculada ao conceito de desejo do que a qualquer imagem que se possa fazer dele.

O psicanalista sabe, a partir de sua clínica, que a falta da presença física do pai ou falhas nessa presença, no seio de uma família, não são determinantes para qualquer tipo de patologia. Outra coisa é a “forclusão do Nome-do-Pai”, em que a criança não tem registro simbólico de sua função, mas, mesmo aí, os efeitos são independentes do papel do pai. Quanto à carência paterna, teoricamente falando, nunca se sabe em que o pai é carente. Se ele é meigo demais, melhor seria que fosse malvado. Ao contrário, se ele é severo, a expectativa é a de que seja meigo. As postulações lacanianas evidenciam que as pesquisas realizadas acerca desse tema não pecam pelo que descobrem em relação ao pai, mas sim pelo que procuram no pai, confundindo o pai como referência normativa e o pai normal. A teoria de Freud, relida por Lacan, auxilia na verificação de que não é na presença ou ausência do homem na família nem, tampouco, nas suas condutas – pessoais, sociais ou legais – que se deve procurar a eficiência da função paterna simbólica.

O estudo realizado por Michel Foucault em *Vigiar e punir* (1975) é certamente a direção para pensar o que aconteceu a partir daí: com o nascimento da família contemporânea, sustentada na maneira como a sociedade define o papel do pai, mediante a destituição do poder soberano, toda uma série de condutas passaram a ser mapeadas para se distinguir um pai que exerce bem o seu papel de um pai que não o faz. Contudo, como pensar o pai como função, se é diferente do papel do pai?

O que é o pai, na clínica psicanalítica?

Do pai sedutor ao pai da horda primitiva, passando pelo pai da fantasia em *Uma criança é espancada* (1919), Freud não cessou de afirmar a preeminência do pai na constituição da realidade psíquica.

Ao introduzir o significante Nome-do-Pai, Lacan retomou o estandarte e enriqueceu-o. Isso não o impediu, em 1957, de constatar que a interrogação: o que é o pai? “está colocada no centro da experiência analítica como eternamente não-resolvida, pelo menos para nós, analistas” (LACAN, 1956-57, p.209).

Na primeira parte do ensino de Lacan, temos a seguinte resposta: o pai é o seu nome. O Nome-do-Pai apazigua as coisas, nomeia o desejo obscuro da mãe e humaniza, dessa forma, o sujeito. Esse pai é, portanto, o pai do desejo, pois o Nome-do-Pai dialetiza e dá sentido ao desejo do Outro primordial, a mãe, à medida que a barra. Esse é o conceito lacaniano do Outro barrado, incidindo sobre a família estruturada conforme o Édipo⁵.

Para fazer distinção entre função paterna e imagem do pai na família contemporânea, Lacan aprofundou a leitura do Édipo freudiano, instituiu definitivamente o Édipo como única via de estruturação do desejo e disso tirou conseqüências, longe de estarem exauridas. Como veremos a partir do caso clínico, a função paterna qualifica o próprio desejo da mãe, de forma retroativa. É somente quando se verifica a inscrição do Nome-do-Pai no caso que algo sobre o desejo da mãe pode ser dito. Eis uma das muitas conseqüências do aprofundamento do conceito, a partir de Lacan.

A função paterna tampouco se identifica com o patriarcado ou, ainda, com uma pretensa herança genética passível de ser verificada em exames de DNA. O geneticismo, como Lacan pode designar o contexto da redução biológica, “encontra em seu conformismo as garantias da conformidade” (LACAN, 1958, p.604). Nele ninguém se dá conta de que até mesmo Freud já fora bem explícito no que tange ao conceito de pulsão, limite entre o psíquico e o somático, que já visa ao corpo como psiquicamente mapeado. O homem não é um ser biológico, mesmo se nasce com um organismo assim determinado.

O pai e o sintoma

No texto de Lacan de 1938 sobre a família, encontramos o ponto de partida de uma teoria na qual o sintoma é um laço que constitui a família conjugal. Esse raciocínio complexificar-se-ia com o correr dos anos de ensino, para chegar à afirmação de que o pai é um sintoma que, longe de ser entendido como sinal de doença, tem na psicanálise a fundamental função de amarração dos três registros psíquicos: real, simbólico e imaginário. O aprofundamento de um caso freudiano deu a Lacan o norte para desenvolver sua hipótese:

⁵ Tal observação não implica que toda família seja estruturada conforme o Édipo, mas sim que a família do romance familiar (FREUD, 1909) é vetorizada pela inscrição do Nome-do-Pai na sua função de barrar o desejo da mãe. Em conseqüência, isso só pode ser para um *sujeito particular* e na neurose, ou seja, a família estruturada conforme o Édipo só pode se presentificar na particularidade da fala de um sujeito.

Em *O mito individual do neurótico*, Lacan (1953a) mostra o comportamento do sujeito neurótico, frente ao objeto de seu desejo, a partir do caso do *Homem dos ratos*, paradigmático, para verificar o cerne das versões normativas do pai no complexo de Édipo.

Lacan sublinha que o pai do Homem dos Ratos está dividido entre seu amor por uma mulher pobre e seu interesse por uma mulher rica. Esse pai recorrera a um amigo seu para pedir dinheiro emprestado, e morreu sem devolver o dinheiro. Ninguém ficou sabendo quem era esse amigo e como o dinheiro poderia ser reembolsado. Lacan conclui com Freud: o Homem dos Ratos herdou a dívida de seu pai, e por isso tentava fazer consistir uma dívida impagável, seu sintoma inicial⁶, e que poderíamos resumir como “o delírio com o capitão cruel e a moça do correio”.

A herança da dívida impagável tinha dois determinantes fundamentais: a dívida do pai em não casar com a mulher pobre – que o pai teria amado – para casar com a mãe do Homem dos Ratos, que era rica, e a dívida com o amigo. Endividado “por tabela”, por herdar essa dívida, o Homem dos Ratos não podia devolver à dama do correio a soma que lhe devia, tampouco voltar a encontrar-se com a empregada da pousada, a quem desejava, nem casar com a prima rica da família da mãe. No dinheiro e no amor, nada funcionava. Aliás, era a própria mãe que se comprazia em recordar sempre o mito familiar, segundo o qual o pai teria renunciado a seu amor pela mulher pobre para casar-se, por interesse, com ela. De que interesse se trata aqui, senão o de manter distante o desejo?

Como sabemos, a neurose obsessiva caracteriza-se pela incessante impossibilidade de desejar. O sujeito mantém-se na vertente do horror de que o Outro goze dele, e seu desejo vê-se interdito de funcionar.

O mito familiar do Homem dos Ratos – de que o pai tinha uma dívida para com a mulher e para com seu amigo – convinha bem à mãe e ao filho, no que tange ao gozo, mas mantinha distante o desejo. Além disso, permitia manter a mãe fora da posição de mulher que teria orientado o desejo do homem, que é seu pai (e, portanto, o próprio desejo do Homem dos Ratos), e eximia o filho de assumir, efetivamente, a impossibilidade de ter tudo.

⁶ O Homem dos Ratos devia uma pequena quantia em dinheiro a uma atendente do correio, mas se via na impossibilidade de pagar essa quantia, porque uma idéia obsessiva provocava-o a achar que era a outra pessoa que ele devia. A origem dessa idéia obsessiva fora uma informação do capitão ao qual ele estava subordinado, capitão esse que contava histórias terríveis sobre torturas no exército.

Não podemos deixar de concluir que, malgrado isso, o Homem dos Ratos sustentava a capacidade de gozar de uma mulher, a mulher pobre, mesmo se não pudesse desejá-la, o que novamente servia à mãe, que queria que ele se casasse com a mulher rica, para que pudesse ainda gozar de seu filho, a ela ligado.

Vinte e oito anos depois, em 1974-5, na segunda parte de seu ensino, Lacan diz que o que outorga a um homem o estatuto de pai é que situe a mãe de seus filhos no lugar de uma mulher a causar seu desejo, o que reintroduz o desejo do homem, que é pai na função paterna. À questão “o que é um pai?” ele acrescenta a questão “o que é uma mulher?”, introduzindo um novo norteador, que é, poderíamos dizer, um termo equívoco: a *père-version* (equívoco possível em língua francesa, que surge do significante *perversão*, mas designa a *versão do pai*).

A relação teórica entre a perversão e a versão do pai é que tanto uma quanto outra implicam especialmente a sustentação do falo. Já, em 1927, Freud *definira* a perversão a partir da crença no falo do Outro, e o pai é, desde sempre em psicanálise, o portador do falo, como marca da diferença que dialetiza a relação da mãe com seu filho, introduzindo a castração neles. Assim, a versão do pai alavanca a própria transmissão da diferença e da dialetização. Em 1974-5, então, ao reler essa construção freudiana, Lacan pode dizer que o pai é aquele que não recua diante do objeto de sua *père-version*. O pai assim definido não é quem atende aos filhos, é quem atende à mãe. Isso reduplica, inclusive, a função da diferença da qual o pai é portador, introduzindo uma separação entre mãe e mulher. Várias serão as vicissitudes dessa contribuição de Lacan. Por exemplo, a partir dela, Bernard Nominé (1977/1997, p.5) pode escrever a seguinte frase: “[...] é preferível que uma criança tenha uma mãe suficientemente mulher do que uma mãe suficientemente boa”. Por quê? Porque uma mãe suficientemente mulher pode sustentar o interesse do pai, como no caso de Carlos, já que isso funcionou por algum tempo.

O sintoma implica a não-reciprocidade

Continuemos a contrapor o primeiro e o segundo momento no ensino de Lacan. No texto sobre a família, de 1938, a relação entre os pais é recíproca: um faz do outro seu sintoma. A razão de Lacan insistir na reciprocidade, no início de seu ensino, é sua própria insistência no movimento de vanguarda daquela época, que buscava alçar à categoria de

sujeito os pacientes, as mulheres, as mães, os alunos etc., ainda facilmente identificados com objeto dos médicos, dos homens, dos pais e dos professores, respectivamente. Esses últimos eram os mestres (S1), independentemente dos discursos pelos quais transitassem. Bastante extemporânea, já na época — haja vista a contribuição de Fénelon e a de Rousseau, por exemplo —, essa forma de pensar tentava ainda recuperar a articulação de um discurso, cujas bases foram bombardeadas desde o século XVIII, em particular, com a revolução burguesa. É frente a isso que Lacan introduz a reciprocidade, pois tal simplificação da relação de mestre e objeto já não se verificava há muito tempo. O século XX inaugurou-se com a institucionalização de grandes mudanças discursivas que começavam a se refletir em inúmeros campos. A relação médico-paciente, com Freud, por exemplo, já não era mais a relação em que um médico, sabedor de todas as coisas, impingia a seu paciente tudo o que este deveria seguir. Ao contrário, Freud passou a ouvir seus pacientes de uma nova forma, instituindo-lhes o lugar de sujeito. É a partir daí que surgiu a possibilidade de encontrar, nos próprios pacientes, um sujeito tão sujeito quanto o médico se considerava sujeito. Ainda, a primeira versão de *O Seminário*, Livro 8, *A transferência* (1960-1), de Lacan, inicia com a retomada da intersubjetividade. Todavia, logo Lacan pode observar seu engano: a relação realmente não é simétrica, recíproca, nem mesmo intersubjetiva. Na verdade, só há um sujeito na relação transferencial, e ele não está do lado do psicanalista, e sim do lado do paciente. O sujeito em questão, na psicanálise, é o paciente, não o psicanalista. O último é mero objeto a causar o trabalho de elaboração do sujeito, o analisante. Quando, finalmente, em 1969-70, Lacan propõe o matema do discurso do psicanalista, ele, em definitivo, inscreveu o analista no lugar de *objeto* e o analisante no lugar de *sujeito*. Com isso, os próprios conceitos de objeto e de sujeito foram subvertidos e afinados: o objeto é o que *causa* o desejo e o *sujeito* é aquele que, falando, surge disso.

Esse mesmo modelo foi então retomado nas relações familiares, na segunda parte do ensino de Lacan. No seu texto a J. Aubry, em 1969, Lacan introduzia uma nuança que é válido aprofundar: A verdade do par familiar é que “não há relação sexual”⁷, ou seja, não há qualquer complementaridade entre os sexos e cada sujeito tem seu próprio objeto sexual,

⁷ Expressão utilizada por Lacan que provocou certa comoção na época, para designar o fato de que mesmo na relação sexual propriamente dita não há qualquer complementaridade, ou seja, o que um parceiro sexual representa para o outro nada tem a ver com o outro como sujeito que, na sua fantasia, identifica o parceiro sexual como objeto de sua própria trama. Disso não se tem consciência no encontro sexual, pois sempre se vela esse fato com a própria fantasia.

independentemente de seu parceiro, no qual, muitas vezes, projeta tal objeto. O encontro sexual não se escreve como encontro intersubjetivo, e isso traz questões novas importantes para a criança: Como se arranjar com essa verdade da “não-relação sexual”? A resposta a essa questão já fora dada por Freud, em 1909: constrói-se um romance familiar, no qual se tenta colmatar justamente o impossível da relação sexual, a partir das próprias fantasias. A partir disso, Lacan formulou que todo indivíduo tem um mito, um modo de organizar um discurso, para tentar suprir a impossibilidade (LACAN, 1953). Ao longo de todo seu ensino, disso tiraria sempre maiores conseqüências e, em 1974-5, no *Seminário RSI*, a teoria do parceiro como sintoma já não admitia nenhuma simetria. Nesse momento, a mulher era *causa* de desejo do homem e, como tal, é o homem que faz de uma mulher seu sintoma. Trata-se, então, do pai que só tem direito ao respeito e ao amor se se atreveu a pôr em jogo seu desejo perverso, no encontro com sua mulher. O pai, como tal, só é a conseqüência da orientação do desejo de um homem por uma mulher. Caso isso não operasse, a criança aí figuraria como simples objeto na fantasia da mãe, sem mediação paterna. E mais: já não se trata aqui, de forma alguma, do papel do pai como educador nem mesmo como modelo de conduta, segundo os preceitos sociais do momento, mas sim de um pai que tem por função primeira dialetizar a relação com a mãe.

A nova versão do pai assegura a divisão materna, quer dizer, encarrega-se da castração da mãe, porque, no trio do Édipo, é a mãe dividida que vincula os três protagonistas: mãe, filho, falo. A divisão entre a mãe e a mulher desenha um buraco: é o buraco do saber, homem nenhum sabe falar disso. Ele é a conseqüência de que não há a mulher toda: “A Mulher não existe”. A mulher constitui o buraco do simbólico. O simbólico é furado para cada um e isso é estrutural. Daí, a partir de 1974, Lacan já não pensa o pai como representante simbólico do desejo da mãe, porque já verificara, ao longo dos anos, que, em verdade, o pai sempre é insuficiente para simbolizar, já que nem tudo é simbolizável, por definição.

Certamente, o buraco, em si mesmo, não basta para enlaçar a estrutura da família. Faz falta que um homem, o pai, encarregue-se desse buraco. Assim, a função do pai é converter esse buraco em causa de desejo, pondo uma mulher no lugar de seu desejo, situando o desejo dela para o filho.

Essa é a nova versão de Lacan da metáfora paterna: o pai encarrega-se do buraco, protege-o, rodeia-o, marca-o com uma divisão entre mulher e mãe. Disso sobra um resto: “A função de resíduo sustenta e mantém a família conjugal [...] sublinha o irredutível de uma transmissão [...] que implica a relação com um desejo que não seja anônimo” (LACAN, 1969, p.5). O pai, como função, é fazer valer o objeto *a* como perdido.

O núcleo da estrutura familiar poderia então ser pensado assim: a mãe é castrada, o que significa que, imaginariamente, à mãe falta o pênis e também que a mãe se divide em duas: mãe/mulher. Ao aceitar o lugar de mulher que orienta o desejo do pai, uma mulher vê-se castrada, sustentando o fato de que não há relação sexual. Ninguém pode encontrar seu complemento, seu verdadeiro parceiro. O sintoma é uma escritura que trata de contornar essa impossibilidade.

A estrutura do discurso, segundo Lacan, tampouco é intersubjetiva. O que o discurso permite ao sujeito é intercambiar sua vontade de gozar com uma vontade de dizer e de significar. Daí resulta a eficácia do sintoma, cuja função é intercambiar um gozo proibido por uma metáfora que se apresenta como enigma a decifrar. Desde Freud, o sintoma tem sentido e interpreta-se, a partir dos primeiros encontros com a realidade sexual, encontros quase sempre auto-eróticos. Não se trata de um encontro com o parceiro, mas com o gozo próprio do sujeito.

Entre a santa e a Pombagira

Para ilustrar o que pensamos sobre a importância da distinção entre a função paterna – conceito psicanalítico – e o papel do pai, finalizaremos com o resumo de um caso clínico, a que foi atendido a partir do trabalho numa escola. Jonas é o pai da criança que apresentava alguns distúrbios de comportamento na escola, além de dificuldades de aprendizagem, e, por isso, foi encaminhada ao setor de psicologia. Depois de duas entrevistas com os pais, decidiu-se encaminhar a criança, mas o pai, Jonas, acabou por solicitar atendimento individual, no consultório. A história clínica que se segue diz respeito, portanto, à vida do pai da criança assistida na escola e, como sujeito em questão, ele relatará sua posição como filho.

No início de seu tratamento, aos 37 anos, Jonas apresentou-se como “o menino de ouro”: bom filho e bom marido, honesto e de caráter. Um santo que vinha de uma família bem estruturada.

Assim, a princípio, Jonas entendia exercer bem o papel do pai, tal como atribuía a seu próprio pai o lugar de ter sido um bom pai. Filosofava sobre os valores da vida, num desfilar de significantes, tentando causar boa impressão. Então por que quis ser atendido individualmente?

Cedo, em suas entrevistas, surgiu a questão dirigida à analista: Sempre achei que exerci o papel de bom pai, mas venho me perguntando, há algum tempo, o que é ser um pai. Ele dirigiu essa pergunta à analista, na transferência, supondo saber ela tudo sobre a paternidade, a ponto de lhe confiar que gostaria de receber um manual que ensinasse a ser pai, assim, já não mais teria qualquer questão sobre isso.

Ele era o “santo menino de ouro”, filho exemplar, o orgulho da família. Como sempre, esteve a postos para ajudar a todos, era considerado um São Francisco, justo reconhecimento por suas boas ações. Identificado com seu próprio pai, tinha-o como um santo homem: bom, honesto e de caráter. No entanto, observava que, até ele casar-se com sua mãe, aos 40 anos de idade, fora sempre considerado, por todos, um Don Juan, mas, depois de casado, viveu para a família e para o trabalho, sempre fez tudo certinho (sic).

Da mesma maneira como tinha seu pai como um santo homem, para ele, sua santa mãe era uma Amélia, que vivia para os filhos. Sua mãe casou-se virgem, apesar de já ter, na época, 35 anos de idade. Foi a única mulher que conseguiu levar o Don Juan para o altar, proeza que fez lotar a igreja.

Após algumas entrevistas preliminares com Jonas, no entanto, surgiu um outro lado da história, que se faz mister relatar. A santa Amélia tinha algo que horrorizava seu filho: ela, surpreendentemente, recebia um santo, a Pombagira. Tal fato deixava-o perplexo e estupefato.

Ao mesmo tempo, sua mãe costumava dizer que Jonas era o Moita. Já que as diabruras de menino nunca eram evidenciadas, seus pais apenas supunham que elas deveriam ocorrer. Fato curioso, o significante “moita”, com o qual ele era definido pela mãe, foi o mesmo por ele escolhido para então se referir ao pai – o Moita – que, segundo Jonas, deveria manter secretas relações extraconjugais (sic). Então, na mesma medida em que o Outro materno atribuía-lhe diabruras escondidas, Jonas as atribuía ao pai, pois não conseguia entender como o “Santo Homem”, após o casamento, jamais voltara a ser novamente um Don Juan. Ele trouxe em sua história o contraste: *Santa mãe x Pombagira, Santo pai x Moita, Santo Menino de Ouro x Diabo* (aquele que faz diabruras).

O matema da metáfora paterna esclarece que, na função do pai, não se trata de uma questão sociológica, e sim Nome-do-Pai. Fundamentalmente, sua posição situa-se no nível simbólico e não tanto no campo da realidade. Pode materializar-se sob as diversas formas culturais, mas, antes, é uma determinação da cadeia significante. Com a instituição de uma ordem simbólica, alguma coisa corresponde ou não à função definida pelo Nome-do-Pai. O pai, por seus efeitos no inconsciente, realiza a interdição da mãe, sob a ameaça de castração. Como aquele que priva a mãe e o filho do objeto de desejo – objeto fálico –, o pai desempenha papel essencial em qualquer neurose e em todo o desenrolar do complexo de Édipo, para o que Lacan propôs o matema da metáfora paterna:

$$\frac{NP}{DM} \cdot \frac{DM}{x} \rightarrow NP \left(\frac{A}{Falo} \right)$$

Por meio desse matema, Lacan (1956-57) articula o desejo da mãe (DM), no qual o sujeito não passa de uma simples incógnita (x), com o significante do Nome-do-Pai (NP), que barra esse desejo caprichoso da mãe. A partir desse momento, é o Nome-do-Pai que regula o Outro (A) como determinado pela significação fálica. Eis o que especifica a função paterna, independentemente do papel do pai na realidade. Quando o significante Nome-do-Pai não se inscreve no simbólico, fica foracluído, temos a psicose, e a relação com a mãe não é mediada pelo pai. Seria relevante pontuar que a metáfora paterna se refere ao psiquismo da criança, e não ao psiquismo dos pais como sujeitos.

No fragmento do caso apresentado, podemos verificá-lo de maneira ímpar. Dependendo do significante a designar pai e mãe, o sujeito identifica-se de determinada forma, ou seja, vê-se claramente que se trata aqui de uma identificação significativa: o *Don Juan* designou a *Santa Amélia* como sua esposa⁸ e, com isso, passou a ser o *Santo Homem*. Tiveram um *Santo Menino de Ouro*, mas foi também o recalçamento do *Don Juan* que determinou o surgimento da *Pombagira* que, identificando seu filho com o marido – pai dele –, atribuiu-lhe as *diabru-ras* que, mais tarde, o Santo Homem descobriria (o pai, com efeito, flagrou Jonas em jogos sexuais infantis).

⁸ Sobre isso, ler as observações de Lacan no *Seminário 2*: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise.

Verificamos que o pai de Jonas, o *Don Juan* – o *Moita* –, surge como *père-version*, como significante, o *Moita Júnior*. O pai simbólico, pai morto, puro significante, implica que a incidência do Nome-do-Pai deixe um resto, que aponta para o pai real que castra a mãe, referindo-a à lógica fálica. O *Moita*, como versão do pai, é um significante que aponta para a castração materna:

$$\begin{array}{ccc} \textit{moita} & \text{---} \textit{santinho da mamãe} & \rightarrow \textit{moita} \\ \textit{santinho da mamãe} & \text{x} & \left(\frac{\text{A}}{\text{Falo}} \right) \end{array}$$

O (x) refere-se à pergunta: O que o Outro quer de mim?, a que, parece, Jonas responde: Eu bem gostaria que fosse a mim!, porém, com a incidência do Nome-do-Pai, Jonas pode dizer: Não é só a mim que ela quer, há outra coisa que mexe com ela. O Nome-do-Pai (NP – *Moita*) barra o desejo da mãe (DM – *Santinho da Mamãe*). O Santinho da Mamãe é uma das interpretações de Jonas para o desejo da mãe e, a partir desse momento, é o Nome-do-Pai (*Moita*) que regula o Outro (A), como determinado pela significação fálica.

Três analistas franceses, Bernard Nominé, Philippe Lacadée e Marie-Jean Sauret (1991), matemizaram a teorização de Lacan sobre a metáfora paterna (anos 1970), resultando em:

$$\frac{\text{Homem} \xrightarrow{\text{S}} \text{Mulher}}{\text{a}} \bigg/ \frac{\text{Mãe} \xrightarrow{\text{S}} \text{Criança}}{\text{a}}$$

Com esse matema, esclarecem eles a versão do pai: versão significativa orientação, o pai é a flecha em si mesma. Isso significa que o desejo do pai é o que orienta os pares significantes no discurso da família para o filho. O significante do Nome-do-Pai (*Moita*) coloca por terra tanto o “pai santo” (o pai não era santo, era o *Moita* que possivelmente mantinha secretas relações extraconjugais), quanto a “mãe santa” (a mãe também não era santa, recebia um *santo*, a Pombagira, significante que a cultura popular retira das religiões africanas e que representa a *mulher puta*). Tais significantes, o que vem do pai (*Santo x Moita*) e o que vem da mãe (*Santa x Pombagira*), conotam sexualidade – referida à significação fálica –, o que os destitui do lugar de santos.

Parafraseando os citados analistas franceses, poderíamos fazer a seguinte articulação clínica:

$$\text{Dom Juan - o moita} \begin{array}{c} \rightarrow \\ \text{a} \end{array} \text{Pombagira} \bigg/ \text{Santa Amélia} \begin{array}{c} \rightarrow \\ \text{a} \end{array} \text{Pedro}$$

O desejo do pai, que fica “na moita”, assegura a divisão materna, encarrega-se da castração da mãe. A divisão entre a mulher (*Pombagira*) e a mãe (*Santa Amélia*) aponta que não há a mulher nem a mãe toda. O pai situa a mãe como mulher, causa de seu desejo. Ao aceitar esse lugar de mulher, que orienta o desejo do pai, essa mulher enfrenta-se com sua própria castração.

Enquanto identificado com o pai pelo significante *moita*, que traz, em suas várias significações, a possibilidade de barrar a mãe, Jonas pode situar-se na neurose, porque a lei que regula sua referência simbólica implica o falo. É assim também que Jonas pode estabelecer suas relações com o Outro sexo, protegendo-se do incesto.

Esse caso possibilita uma exemplificação clínica da hipótese teórica que estamos desenvolvendo sobre a distinção entre o papel do pai e a função do pai. Exercendo a sua função, o pai é antes de tudo um nome que “permite a não colusão [dos elementos da família]. Evita a simbiose total, possibilitando a diferenciação simbólica de cada membro da família” (MARTINS, 1991, p.55). Podemos observar, no relato do caso apresentado, que o pai de Jonas apresenta condutas pessoais e sociais facilmente consideradas como bom desempenho do papel do pai. O pai de Jonas é, do ponto de vista familiar e educacional, o mais adequado, o mais normal, o mais maravilhoso. No entanto, o essencial que observamos nesse caso refere-se ao fato de que a estrutura neurótica de Jonas não foi determinada pelo papel de bom pai que o pai de Jonas desempenha na família e na sociedade. É na *père-version* do Dom Juan – o *Moita* –, que ele opera como pai de Jonas, ou seja, o filho precisa ter uma *père-version* do pai para advir como sujeito obsessivo que ele é. O que operou para viabilizá-lo foi o mito paterno construído por Jonas, e isso nada tem a ver com a conduta adequada de um pai que, no caso, ficava em casa cuidando da Pombagira e dos filhos. Jonas é um sujeito neurótico com seus sintomas, que causam transtornos na vida de seu próprio filho. Com efeito, nessa família, põe-se à mostra, de forma exemplar, o mecanismo descrito por Freud (apud LAPLANCHE e PONTALIS, 1970) como retorno do recalçado, que se repete de pai para filho.

Para concluir

É claro que o caso relatado dá margem a inúmeras conseqüências, mas nos limitaremos a concluir sobre a função paterna. Existe, como se sabe, uma leitura lacaniana segundo a qual o pai é o sintoma. O pai como função encarrega-se do furo da impossibilidade de tudo simbolizar, ou seja, do núcleo da estrutura da família edípica. Via função paterna, o impossível a simbolizar é convertido no lugar da causa de seu desejo. Essa nova versão da metáfora paterna – converter o buraco do simbólico a causa de desejo – não é somente tapar o buraco com uma boa palavra: o Nome-do-Pai não vale se não for lastrado pela causa de seu desejo.

O pai orienta o Édipo do sujeito, porque, para ele, a mãe está no lugar de causa do desejo. O homem sempre escolhe uma mulher por um traço. Para que uma mulher, a partir do traço, entre no lugar de causa de desejo, é preciso que ela opere a dissociação - j/objeto *a*, fazendo aparecer a castração.

Dizer que o Nome-do-Pai é um sintoma é dizer que o sujeito crê no significante do Nome-do-Pai, tal qual acreditamos no sintoma, como uma verdade assegurada pela fantasia neurótica. No fim de seu ensino, Lacan considera que o sintoma desempenha papel importante no nó dos três registros que estruturam a realidade psíquica do sujeito. Lacan outorga ao sintoma a função que imputava ao Nome-do-Pai. Por isso, disse: “O Nome-do-Pai é um sintoma”.

O que se espera do sintoma, desde Freud, é que dê um sentido a acontecimentos insensatos. A função do pai é dar sentido aos significantes da vida familiar. Sentido não é o mesmo que significação. Na primeira versão da metáfora paterna, o Nome-do-Pai dá a significação do enigma do desejo materno. Na última versão da metáfora paterna, o pai como sintoma, o pai impulsiona um sentido, uma direção. Por isso, Lacan destaca essa função de orientação do pai. Versão significa orientação. Tal orientação equivale, na topologia, ao enlaçamento dos três círculos do nó borromeano: é o quarto elo. A versão do pai é o que orienta a estrutura da família edípica.

Atuar como operador lógico significa que o que lhe outorga o direito ao respeito e ao amor é que faça da mãe uma mulher que causa seu desejo.

Certamente, é preciso que a mãe aceite representar o objeto de seu desejo. O operador lógico é que o pai é o resultado de uma orientação, o pai é uma versão:

$$\frac{\text{Homem}}{\mathcal{S}} \quad \frac{\text{Pai}}{I} \rightarrow \frac{\text{Mulher}}{a}$$

O pai deslocará a criança de seu papel imaginário, no qual representa o falo da mãe. A criança terá de confrontar-se com o pai, enquanto ele é quem goza da mãe. É disso que se trata, quando dizemos que o pai é o agente da castração. O pai é o operador lógico que faz passar o falo imaginário ao estatuto de simbólico, transmitido de pai para filho.

Referências bibliográficas

DE ROSA, M. R. *A história da educação através dos textos*. Rio de Janeiro: Cultrix, 2000.

FOUCAULT, M. *Surveiller et punir*. Paris: Gallimard, 1975.

FREUD, S. Extratos dos documentos dirigidos a Fliess: Carta 71. 1897. In: *Obras psicológicas completas*. Ed. Standard Brasileira (ESB). Rio de Janeiro: Imago, 1976, v.I.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. 1905. In: *Obras psicológicas completas*. Ed. Standard Brasileira (ESB). Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. VII.

FREUD, S. Fragmentos da análise de um caso de histeria. 1905. In: *Obras psicológicas completas*. Ed. Standard Brasileira (ESB). Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. VII.

FREUD, S. Romances familiares. 1909. In: *Obras psicológicas completas*. Ed. Standard Brasileira (ESB). Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. VII.

FREUD, S. Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. 1909. In: *Obras psicológicas completas*. Ed. Standard Brasileira (ESB). Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. X.

- FREUD, S. Totem e tabu. 1912. In: *Obras psicológicas completas*. Ed. Standard Brasileira (ESB). Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. XIII.
- FREUD, S. Sobre o caso de uma neurose infantil. 1914. In: *Obras psicológicas completas*. Ed. Standard Brasileira (ESB). Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. XVII.
- FREUD, S. Uma criança é espancada. 1919. In: *Obras psicológicas completas*. Ed. Standard Brasileira (ESB). Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. XVIII.
- FREUD, S. Além do princípio do prazer. 1920. In: *Obras psicológicas completas*. Ed. Standard Brasileira (ESB). Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. XVIII.
- FREUD, S. O fetichismo. 1927. In: *Obras psicológicas completas*. Ed. Standard Brasileira (ESB). Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- LACAN, J. *Os complexos familiares*. 1938. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. Escrito para o tomo VIII da *Encyclopédie française*.
- LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. 1953. In: *Os complexos familiares*. 1938. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- LACAN, J. *O mito individual do neurótico*. 1953a. Rio de Janeiro, Assírio e Alvin, 1980.
- LACAN, J. *O seminário*. Livro 1: os escritos técnicos de Freud. 1953-54. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. 1955.
- LACAN, J. *O seminário*. Livro 4: a relação de objeto. 1956-57. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- LACAN, J. *O seminário*. Livro 5: as formações do inconsciente. 1957-58. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- LACAN, J. A significação do falo. 1958. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- LACAN, J. A direção do tratamento e os princípios de seu poder. 1958. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- LACAN, J. *O seminário*. Livro 7: a ética da psicanálise. 1959-60. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LACAN, J. A subversão do sujeito e a dialética do desejo no inconsciente freudiano. 1960. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, J. *O seminário*. Livro 8: a transferência. 1960-61. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

LACAN, J. *O seminário*. Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

LACAN, J. Do “trieb” de Freud e do desejo da psicanalista. 1964. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, J. *O seminário*: de um outro ao outro. 1968. Inédito.

LACAN, J. Duas notas sobre a criança. 1969. *Opção lacaniana*, n.21. São Paulo: Eólia, 1998.

LACAN, J. *O seminário*. Livro 17: o avesso da psicanálise. 1969-70. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

LACAN, J. *O seminário*. Livro 20: mais ainda. 1972-73. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LACAN, J. *Televisão*. 1974. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

LACAN, J. *O seminário*: R.S.I. 1974-75. Inédito.

LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J. B. *Vocabulário de psicanálise*. Santos: Martins Fontes, 1970.

MARTINS, F. *O nome próprio*. Brasília: UnB, 1991.

NOMINÉ, B. *O sintoma e a família*. 1977. Belo Horizonte: EBP, 1997.

PLATÃO. *Le banquet*. Paris, Gallimard. 1950. Bibl. de la Pleiade. Pp. 693-764.

SOLER, C. *L'aventure littéraire ou la psychose inspirée*. Paris: Champ lacanien, 2001.

WEDEKIND, F. *O despertar da primavera*. 1891. Fotocópia da peça, arquivada sob o n. 832.9W391.1, na Biblioteca da UNIRIO, RJ.

(Recebido em abril de 2004 e aceito para
publicação em novembro de 2004)